



CHEFIA DE GABINETE

LEI ORDINÁRIA N.º 1624, DE 17 DE ABRIL DE 2023

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito do Município de Itapeva/MG, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Itapeva/MG aprovou e ela sanciona a seguinte **LEI**:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Ficam criadas as Comissões Permanentes responsáveis pelo processamento e julgamento de processos administrativos no âmbito do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º. Incumbe às comissões e seus membros, atuarem diretamente na tramitação processual e resolução deste, devendo cumprir com os deveres e prazos estipulados em Lei específica aplicada ao procedimento.

CAPÍTULO II DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Art. 3º. Fica criada a Comissão Permanente de Licitações, composta por 03 (três) membros, responsáveis pela autuação e processamento de processos licitatórios.

Art. 4º. Os membros serão compostos de um presidente e dois membros, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo por Portaria Municipal.

Art. 5º. Poderão compor a comissão permanente, servidores públicos municipais concursados ou concursados ocupantes de cargos comissionados.

Parágrafo Único – Não poderá compor a comissão permanente de licitações, servidor público designado para desempenhar a função de pregoeiro.

Art. 6º. Fica fixado a título de gratificação, aos membros da comissão, o percentual de 15% (quinze por cento) sobre os vencimentos do servidor.

Parágrafo Único – É vedado o pagamento de gratificação ao servidor integrante da comissão e que seja nomeado em cargo de Secretário Municipal ou cargo equivalente.

DANIEL PEREIRA DO COUTO
Prefeito - Município de Itapeva - MG

CAPÍTULO III

DA COMISSÃO PERMANENTE DISCIPLINAR

Art. 7º. Fica criada a Comissão Permanente Disciplinar, composta por 03 (três) membros, responsáveis pela autuação e processamento de processos administrativos disciplinares e sindicâncias, cuja finalidade é apuração de atos praticados por servidores públicos do Poder Executivo Municipal.

Art. 8º. Os membros serão compostos de um presidente e dois membros, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo por Portaria Municipal.

Art. 9º. Poderão compor a comissão permanente, servidores públicos municipais concursados ou concursados ocupantes de cargos comissionados.

Art. 10. Fica fixado a título de gratificação, aos membros da comissão, o percentual de 15% (quinze por cento) sobre os vencimentos do servidor.

Parágrafo Único – É vedado o pagamento de gratificação ao servidor integrante da comissão e que seja nomeado em cargo de Secretário Municipal ou cargo equivalente.

CAPÍTULO IV

DA COMISSÃO PERMANENTE DE SELEÇÃO DE SERVIDORES TEMPORÁRIOS

Art. 11. Fica criada a Comissão Permanente de Seleção de Servidores Temporários, composta por 03 (três) membros, responsáveis pela autuação e processamento de processos seletivos para contratação de servidor público municipal temporário, no âmbito do Poder Executivo Municipal.

Art. 12. Os membros serão compostos de um presidente e dois membros, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo por Portaria Municipal.

Art. 13. Poderão compor a comissão permanente, servidores públicos municipais concursados ou concursados ocupantes de cargos comissionados.

Art. 14. Fica fixado a título de gratificação, aos membros da comissão, o percentual de 15% (quinze por cento) sobre os vencimentos do servidor.

Parágrafo Único – É vedado o pagamento de gratificação ao servidor integrante da comissão e que seja nomeado em cargo de Secretário Municipal ou cargo equivalente.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. Na hipótese de impedimento ou suspeição de membro da comissão permanente, poderá ser nomeado servidor substituto para desempenhar as funções exclusivamente àquele processo, sendo-lhe devida a gratificação estabelecida pelo período em que tramitar o processo administrativo.

DANIEL PEREIRA DO COUTO
Prefeito - Município de Itapeva - M.

Art. 16. Poderá o servidor público municipal compor mais de uma comissão, sendo vedada a cumulação de gratificação.

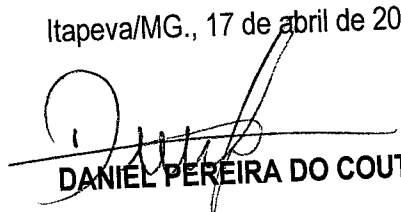
Parágrafo único – A gratificação de que trata a presente Lei não será incorporada à remuneração do cargo efetivo do servidor

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 18. Fica revogada a Lei Municipal 964 de 15 de agosto de 2006.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Itapeva/MG., 17 de abril de 2023



DANIEL PEREIRA DO COUTO

Prefeito Municipal

CERTIDÃO

Certifico que o presente ato foi registrado no Livro de Registro de Decretos, e publicado no Quadro de Avisos e Publicações da Prefeitura Municipal. Prefeitura Municipal de Itapeva, 17 de abril de 2023

Alexandre Ribeiro de Patto
Chefe de Gabinete

